

EDUCAÇÃO E TRABALHO NO BRASIL: uma abordagem histórica*

*Ezequiel de Araújo Martins
Antonio Bosco de Lima*

Introdução

Este trabalho foi elaborado como forma de conclusão da disciplina “Tópicos Especiais em Trabalho, Sociedade e Educação II: Reestruturação produtiva e educação”, oferecido pelo programa de pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia. Tendo como base uma bibliografia marxiana, o curso tem como objetivo discutir a relação histórica e antológica entre “trabalho e educação”, trazendo reflexões sobre as relações sociais no capitalismo, debatendo a crescente precarização do trabalho, e apontando as transformações ocorridas no sistema educacional que visam acompanhar a reestruturação produtiva. Ainda suscita reflexões sobre as reformas do Estado neoliberal e as suas consequências na oferta educacional, na condição do trabalho docente e na democratização do conhecimento.

Para refletir sobre as atuais transformações no sistema educacional brasileiro, busco historicizar a relação entre “Trabalho e Educação” no Brasil, partindo sempre da reflexão sobre o sistema e produção e suas conexões com o trabalho e os processos educativos. Nesse sentido, o Brasil Império é marcado pela inexistência de políticas educacionais que chegassem às camadas populares; sendo também característica deste período a exploração da mão de obra escrava.

Mas adiante no século XIX e no início do XX ocorre uma transição gradativa do trabalho escravo para o trabalho assalariado, despertando assim a atenção dos atores políticos sobre a imprescindibilidade da oferta educacional pelo Estado brasileiro, fato acentuado com a intensificação da industrialização no país. Neste contexto histórico, ocorre um processo de transição gradual do trabalho escravo para o trabalho assalariado. A demanda do mercado por trabalhadores mais qualificados e pela formação de cidadãos-consumidores, nortearam às políticas de oferta e universalização da educação brasileira.

Após historicizar a relação trabalho educação no Brasil, busco levantar questões relacionadas à expansão das políticas neoliberais no Brasil, estabelecendo uma relação às transformações econômicas que ocorreram a partir da ascensão do modelo de acumulação flexível. Busco refletir como a reestruturação do capitalismo que ocorre neste contexto, estabeleceu mudanças no mundo do trabalho, transformando a atuação dos Estados Nacionais (reduzindo os investimentos e as políticas de seguridade social), e promovendo a reestruturação do discurso capitalista.

*DOI – 10.29388/978-65-81417-67-3-0-f.55-63

Pra finalizar o artigo, reflito sobre a expansão do neoliberalismo no Brasil e o estabelecimento de políticas educacionais alinhadas com as demandas de interesse do grande capital.

1. Fundamentação ontológico-histórica da relação entre trabalho e educação

Existe uma relação intrínseca entre trabalho-educação nas sociedades contemporâneas, sendo dois conceitos que também estão conectados historicamente, e em suas antologias. Segundo Saviani, nas comunidades primitivas a educação realizava-se informalmente, ocorrendo no processo de interação entre os homens na busca pela subsistência; diferenciando-se dos animais ao produzirem seus meios de vida através do trabalho (SAVIANI, 2007).

No sistema comunal primitivo, a propriedade era coletiva e os homens educavam as novas gerações no processo de produção da sua existência, mas em dado momento ocorre a separação entre “trabalho e educação”. Com o desenvolvimento de sociedades na Antiguidade como Grécia e Roma, e das sociedades feudais, tivemos a formação da classe dos proprietários e dos não-proprietários. Essas experiências históricas criaram as condições necessárias para uma parcela da sociedade(proprietários) viverem sem a necessidade do trabalho, se sustentando a partir a exploração do *labor* alheio. De acordo com Saviani, “[...] o desenvolvimento da sociedade de classes, especificamente nas suas formas escravista e feudal, consumou a separação entre educação e trabalho” (SAVIANI, 2007, p.157).

Com ascensão do modo de produção capitalista manteve-se o processo de separação entre trabalho e educação. Tivemos transformações relevantes na estrutura educacional, que durante a Idade Média possuía como característica o caráter confessional religioso. Após a revolução burguesa da França em 1789, o Estado começa a ter um papel central na oferta da educação formal, ascendendo a ideia de escola laica, gratuita, universal e obrigatória. Para consolidação da sociedade capitalista industrial, tornou-se necessário a oferta educacional para “as massas” urbanas, com o intuito de disciplinarizar o operariado fabril e instruir as crianças para nova configuração econômica surgida a partir da Revolução Industrial. Segundo Demerval Saviani:

O modo de produção capitalista provocará decisivas mudanças na própria educação confessional e colocará em posição central o protagonismo do Estado, forjando a ideia da escola pública, universal, gratuita, leiga e obrigatória, cujas tentativas de realização passarão pelas mais diversas vicissitudes (SAVIANI,2007, p.157).

De acordo com Saviani, a universalização da escola foi crucial para a socialização e formação da sociedade moderna, difundindo os códigos formais e promovendo capacitação dos indivíduos para o processo produtivo, ou seja, para o trabalho. A sociedade contemporânea nos apresenta uma exigência em relação a escolarização, tendo como norte os conhecimentos sistemáticos colocados como “necessários” para inserção no mercado de trabalho.

2. Transformações no modo de produção - educação e trabalho no Brasil a partir do período colonial

A oferta educacional formal no Brasil foi negada por vários séculos, não sendo preocupação do governo até meados do império. Neste período, o escravo era utilizado como mão-de-obra para as *plantations*. Segundo Nascimento, o ofício era aprendido no local de trabalho, sem a necessidade de receber uma instrução formalizada para desenvolver seu trabalho (NASCIMENTO; GRACINE, 2009).

Já no final do século XIX e no início do XX, ocorre um processo de transição gradual do trabalho escravo para o trabalho assalariado. Acontece nesse período a valorização, e o reconhecimento da necessidade de uma ação do Estado em relação a oferta educacional. Neste mesmo contexto histórico, tivemos o início da expansão industrial no Brasil, que se configura como um período de racionalização do processo produtivo, mediante o desenvolvimento de uma sociedade com bases no modelo Taylorista/Fordista.

No período entre 1930 a 1970, ocorreu no Brasil uma aceleração no processo de industrialização, tendo como consequência a necessidade de uma qualificação do proletariado para operação de maquinários sofisticados. Essa demanda do mercado por profissionais com maior nível de escolaridade, nortearam o desenvolvimento de políticas públicas que ampliaram a oferta do ensino público no Brasil.

Observando essas mudanças ocorridas no Brasil, podemos inferir que as transformações nos processos educativos são ocasionadas pelas mudanças na estrutura produtiva, e por uma nova configuração das relações de trabalho. De acordo com Nascimento:

À medida que o capitalismo avança, as forças produtivas e também as relações de trabalho e os processos educativos são modificados, trazendo [...] novas demandas para os processos educativos dos trabalhadores, que são atendidas pelo Estado e pelo mercado (NASCIMENTO; GRACINE, 2009, p. 6).

3. Neoliberalismo, trabalho e educação

O pensamento Neoliberal centra-se na defesa da liberdade econômica, no capitalismo laissez-faire, em uma sociedade livre da interferência estatal. Os autores neoliberais tem como característica a ênfase na visão economicista, creditando à livre iniciativa o papel de desenvolvimento de uma sociedade mais ética e justa.

A filosofia econômica neoliberal ascende em um contexto de crise da economia mundial, diante da necessidade de se repensar os gastos e o papel do Estado nas economias capitalistas. Os autores neoliberais criticam a interferência do Estado na economia, a obrigatoriedade de impostos, e defendem a construção de uma sociedade que tenha suas bases no estabelecimento do livre mercado, que seja regida por sua “mão invisível”.

Segundo Harvey(ano), a doutrina neoliberal faz oposição a teoria de Estado intervencionista, como é o caso do modelo estruturado pelo economista inglês John Maynard Keynes. O estado de bem-estar social defendido por Keynes, legitima a intervenção do governo como forma de estimular uma recuperação mais célere das recessões econômicas, que são cíclicas e sintomáticas do sistema capitalista. Esse modelo de Estado foi desenvolvido por diversos países Europeus no período pós Segunda Guerra Mundial, buscando estabelecer um caráter menos excludente do capitalismo, a partir de políticas de seguridade social, e da garantia de direitos fundamentais para o desenvolvimento dos cidadãos, como é o caso da educação (HARVEY,1992).

Sobre a lógica do paradigma neoliberal, os países precisariam cortar gastos com previdência, saúde, educação, além de promover a privatização de serviços que até então estavam sobre o controle estatal. A redução do espaço de atuação do Estado, seria pré-requisito para que esses governos continuassem financiando seu desenvolvimento a partir de empréstimos de órgãos internacionais, tendo como sustentação desse modelo, a ampliação da dívida externa. O neoliberalismo distancia-se do liberalismo clássico ao defender um modelo de Estado em que até serviços essenciais como saúde e educação seriam responsabilidades do indivíduo, e a sua oferta estaria nas “mãos do mercado”.

O neoliberalismo começa a avançar no Brasil após o processo de redemocratização no fim dos anos 1980. No ano de 1989 tivemos a eleição de Collor de Melo, um político jovem, oriundo de uma oligarquia alagoana, e que ganha a eleição com a promessa de liberalizar a economia e caçar os “marajás”. Propôs um plano para economia que tinha como base os princípios políticos econômicos do neoliberalismo.

O plano Collor, como foi chamado, estava alinhado com as propostas de globalização econômica neoliberal, propondo privatizações, corte de gastos públicos, abertura da economia para o mercado externo (diminuído as taxas

alfandegárias), em suma, o papel do Estado seria propiciar um bom ambiente de negócios.

O processo de neoliberalização da economia intensificou-se durante o governo do sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Foi implementado durante esse período a proposta de um estado gerencial, sendo criado um ministério (MARE) com a função de promover uma reforma gerencial do Estado. O economista Bresser Pereira foi o ministro encarregado de conduzir a implementação dessas reformas.

Para Bresser, o desenvolvimento econômico seria alcançado com a reformulação do papel do Estado, reduzindo seu campo de atuação, e ampliando o espaço do mercado. Para se alcançar o estabelecimento de um Estado mínimo, se faz necessário “privatizar, liberalizar, desregular e flexibilizar os mercados de trabalho” (BRESSER,1997).

O projeto de Bresser Pereira, era constituição de um Estado Social Liberal, que segundo o autor, seria o modelo de estado do século XXI. Esse modelo defende a proteção dos direitos sociais, e o desenvolvimento de uma sociedade de livre mercado. O terceiro setor, seria responsável por conduzir a políticas públicas não estatais, ou seja, garantir os direitos sociais.

Durante os governos do PT na primeira década do século XX, o projeto neoliberal expandiu sua atuação, principalmente na oferta do ensino superior, através de programas como o FIES e o PROUNI, que na prática, acabou fortalecendo o ensino privado, estruturando o mercado educacional no Brasil . Em relação ao Ensino Básico, tivemos os avanços de instituições filantrópicas na gestão das escolas, sendo relevante a atuação de instituições como o Instituto Unibanco, o Instituto Ayrton Senna, Todos pela Educação, etc.

O período de desaceleração e recessão da economia brasileira, vivido na segunda década do século XXI tornou-se solo fértil para o fortalecimento do discurso neoliberal, conquistando um espaço notório no cenário político atual. Temos observado a propagação do paradigma neoliberal no Brasil nos últimos anos, sendo base filosófica de jornalistas, economistas, professores, movimentos políticos, entre outros representantes da sociedade civil. Destaca-se a atuação do Instituto Mises Brasil, MBL (Movimento Brasil Livre), Partido Novo, e o do Ministro da Economia (Paulo Guedes). Todos citados anteriormente, reforçam o coro dos que pedem a construção de um “Estado Mínimo”, que tenha como pressuposto, o estabelecimento de uma sociedade guiada pela “mão invisível do mercado”.

Essa nova direita que ascende no período, tem como pautas, a redução do tamanho do estado, reformas com base na teoria gerencialista e políticas públicas não estatais; buscando estabelecer assim uma política de austeridade fiscal. Segundo Freitas, para essa nova direita: “O Estado é visto como algo que atrapalha a liberdade individual de competir ao olhar para o bem-estar do coletivo”. (FREITAS,2018, p. 26)

Ideias neoliberais sobre a educação vêm ganhando espaço no Brasil, sendo reproduzidas as teorias de autores como Ludwig von Mises, Friedrich Hayek, Milton Fridman, Murray Rothbard etc. Esses autores defendem propostas como o sistema de *voucher*, a gestão educacional de Institutos Filantrópicos, o modelo de *charter schools* e a implementação do sistema de *homeschooling* (*ensino doméstico*).

Segundo o autor David Hill:

A reestruturação mundial dos sistemas de ensino e educacionais faz parte de uma ofensiva ideológica e política do capital neoliberal. A privatização dos serviços públicos, a capitalização e a reificação da humanidade e dos comandos globais das agências do capital internacional – apoiados pela desestabilização de governos que resistem e, por fim, pelas cavalarias armadas dos EUA, seus aliados e mandatários – resultaram na criação de mercados competitivos quase globais (se não universais) para os serviços públicos e aqueles voltados ao bem-estar social, tais como a educação (HILL, 2003, p.25).

Segundo Hill, os mercados educacionais têm como característica a exclusão, situando-se dentro de contextos que promovem uma acentuada desigualdade social.

4. Educação e trabalho no regime de acumulação flexível

A década de 1970 foi marcada por uma crise econômica estrutural do sistema capitalista, que culminou na reestruturação do sistema produtivo. O período que foi marcado pela ascensão de governos que promoveram a desestruturação do Estado de Bem Estar Social, também foi um tempo de flexibilização das relações de trabalho e ascensão do capitalismo financeiro.

Segundo o autor Ricardo Antunes, neste período iniciou-se um processo de reorganização do capital, que reestrutura seu sistema ideológico e político:

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (ANTUNES, 2000, p.33).

Como define o geógrafo David Harvey, temos nesse período a passagem do modelo de acumulação rígida (Taylorismo-Fordismo) para o modelo de acumula-

ção Flexível (Toyotismo). Essa fase do sistema capitalista tem como base a flexibilização das formas de trabalho a fim de garantir o lucro da burguesia. De acordo com Harvey, surge nesse período formas de trabalho desregulamentadas, além do trabalho *parte time*, os subcontratos, a terceirização, o trabalho intermitente, entre outras formas de trabalho precarizadas.

A revolução tecnológica trazida pela informatização do trabalho fabril, a financeirização do capitalismo, somados a inserção das mulheres no mercado de trabalho e a intensificação os processos migratórios em busca de ocupação laboral, criou um modelo no qual, o desemprego tornou-se uma questão estrutural. O exército de reserva cria condições para o rebaixamento dos níveis salariais, e para o surgimento de formas cada vez mais precárias de trabalho. Como ressalta o autor Ricardo Antunes: “a precarização não é algo estático, mas um modo de ser intrínseco ao capitalismo, um processo que pode tanto se ampliar como se reduzir, dependendo diretamente da capacidade de resistência, organização e confrontação da classe trabalhadora.” (ANTUNES, 2018, p. 55).

Dentro desta lógica de produção produtiva, temos a desregulamentação dos direitos do trabalho, além da reestruturação do sistema ideológico de político de exploração do trabalho. Neste sentido, são desenvolvidas novas técnicas de gestão do trabalho, estabelecendo no plano discursivo o “envolvimento participativo dos trabalhadores”. Todas essas mudanças visavam “repor os patamares de expansão anteriores” (ANTUNES,2000) Sendo assim, a reestruturação do sistema capitalista passa a exigir trabalhadores “polivalentes”, “multifuncionais”, diferenciando-se da demanda de trabalho da cultura fordista(especializada).

Dentro dessa conjuntura, o empresariado vem instrumentalizando a educação na busca pela construção e difusão do ideário neoliberal. Segundo Freitas, a educação passa a ser enxergada como um serviço a ser adquirido no “mercado”, e não mais como um direito, buscando diferentes formas de privatização (FREITAS, 2018).

Dentro desta lógica de produção, temos a desregulamentação dos direitos do trabalho, além da reestruturação do sistema ideológico e político de exploração do trabalho. Neste sentido, são desenvolvidas novas técnicas de gestão do trabalho, estabelecendo no plano discursivo o “envolvimento participativo dos trabalhadores”. Segundo Saviani:

No campo da educação e formação, o processo de subordinação busca efetivar-se mediante a delimitação dos conteúdos e da gestão do processo educativo. No plano dos conteúdos, da educação geral, abstrata, vem demarcada pela exigência da polivalência ou de conhecimentos que permitam a “polícognição” (SAVIANI,2007, p.166).

Neste sentido, vem sendo estruturado no Brasil a tentativa de uma formação educacional mais flexível, como proposta do ensino médio que tem como

obrigatórios os itinerários ligados ao ensino de Português e Matemática, sendo propostos itinerários formativos opcionais como parte do currículo, buscando a profissionalização a partir do ensino médio, abrindo espaço para as Parceiras Público-Privadas na oferta desta formação.

Considerações finais

Este capítulo buscou levantar aspectos antológicos históricos entre “trabalho e educação”, refletindo também sobre essas categorias ao longo da história brasileira, enfatizando as transformações ocorridas com a ascensão do Modelo de Acumulação Flexível e a difusão do ideário neoliberal no Brasil.

Levando em conta os aspectos observados, se faz necessário ressaltar a precarização do mercado de trabalho no Brasil, fato acentuado com a Reforma Trabalhista realizada durante o governo de Michel Temer. Podemos citar como exemplo o trabalho intermitente, o trabalho terceirizado, e os serviços prestados por intermédio de aplicativos (trabalho uberizado).

É notório o processo de transformação que vem ocorrendo nos últimos anos em relação a educação pública Brasileira, que passa por um período de reestruturação do Ensino Médio, de implementação de uma Base Comum curricular (BNCC), de mudanças nas condições de trabalho docente e de expansão da iniciativa privada sobre a estrutura da educação brasileira.

Essas mudanças visam formar trabalhadores que se enquadrem ao novo ordenamento flexível, portanto a ideia de multifuncionalidade, polivalência, habilidades socioemocionais, empreendedorismo individual, são eixos formativos que visam fornecer uma formação alinhada aos paradigmas neoliberais. A educação tornou-se espaço desejado para expansão do capital privado, e projeto para fornecer mão-de-obra precária ao mercado de trabalho, empurrando uma parcela significativa dos trabalhadores para o desemprego e para informalidade.

Referências

ANTUNES, R. **O Privilégio da Servidão**. São Paulo: Boitempo. 2018.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo. 2000.

BRESSER PEREIRA, Luiz C. **A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília: Ministério da Administração e Reforma do Estado. 1997.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista**. Zahar Ed.: Rio de Janeiro. 1981 (parte I cap. 1, p: 49-50).

- ENGUIITA, M. F. **A Face Oculta da Escola**. Porto Alegre: Clube dos Eds. 2008.
- FREITAS, Luiz Carlos de. Três Teses sobre as Reformas Empresariais da Educação: perdendo a ingenuidade. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 36, n. 99, p. 137-153, maio-ago. 2016.
- FRIGOTTO, G. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. São Paulo: Cortez. 2010.
- FREITAS, L.C. **A Reforma Empresarial da Educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular. (p. 77-102)
- HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**. Rio de Janeiro: Loyola. 1992.
- HILL, Dave. O Neoliberalismo Global, a Resistência e a Deformação da Educação. **Currículo Sem Fronteiras (online)**. 2003.
- MÉSZÁROS, I. **Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo. 2010.
- NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; GRACINO, Eliza Ribas. Trabalho e educação na sociedade brasileira: A transição do Império à República. **Revista Espaços**. Vol. 39 (Nº 10) Ano 2018. Pág. 38
- NEWMAN, J.; CLARKE, J. Gerencialismo. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-381, maio/ago. 2012.
- PREVITALI, F. S.; FAGIANI, C.C. Trabalho Digital e Educação no Brasil. In: Ricardo Antunes (Org). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo. 2020. (cap. 14).
- PREVITALI, F. S.; FAGIANI, C.C. Trabalho e Educação na nova ordem capitalista: inovação técnica, qualificação e precarização. **HISTEDBR On-line**, Cam, N. 65, p. 58-72, out. 2015
- PROST, A.; VINCENT, G. **História da Vida Privada**. N, 5. São Paulo: 2009.
- SAVIANI, D. trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. V 12, N 34. Jan/abr. 2007.